

UniRede: Um Projeto Estratégico para a Educação Superior

DÓRIS SANTOS DE FARIA - UNB

ELIZABETH RONDELLI – UFRJ

SELMA DIAS LEITE – UFPA

1. IMPORTÂNCIA ESTRATÉGICA

A definição de um projeto educacional estratégico para o Brasil que incorpore o seu melhor potencial criativo, localizado nas instituições públicas de ensino superior e o comprometa com a educação pública de qualidade, é bastante complexa e envolve instâncias decisórias múltiplas. Implica numa capacidade interativa entre as diversas instituições qualificadas de ensino superior e com as demandas sociais as mais variadas - que vão das governamentais às comunitárias, das estatais aos interesses públicos e privados de várias naturezas.

Propor um projeto capaz de lidar com essas múltiplas situações é uma forma de desenvolver educação, ciência, tecnologia e riqueza no estágio atual de um mundo globalizado em que informação e conhecimento governam a produção mais geral que gera riqueza econômica e social.

Por isso, é fundamental que os responsáveis pela implantação de diferentes políticas públicas no país sejam capazes de partir para a execução de ações estratégicas voltadas para o desenvolvimento educacional e científico-tecnológico que permita a formação de recursos humanos qualificados para a produção de conhecimento, de modo que a inserção do país no contexto mundial contemporâneo se alinhe com as melhores conquistas sociais que tal conhecimento possa propiciar.

1.1 - OS DADOS DE UM PROBLEMA A SER RESOLVIDO NO ENSINO PÚBLICO UM PARADOXO

Somos um país marcado por um índice de analfabetismo entre jovens e adultos circulando aproximadamente em torno dos 20%. Apesar da era de globalização, só conseguimos garantir acesso ao ensino superior para muito poucos. O país desenvolve taxas acentuadas de

desemprego que já alcançam os dois dígitos e que inclui, sobretudo, os menos escolarizados que, por sua vez, situam-se entre aqueles de menor salário.

No entanto, simultaneamente, dispomos, em valores absolutos, de um dos maiores sistemas educacionais do mundo e de um dos melhores sistemas públicos de ensino superior, em evidente crise, mas ainda assim capaz de apresentar um dos maiores índices de produção entre os países em desenvolvimento.

Tal sistema público, compreendido pelas instituições federais e estaduais, atende menos alunos que o sistema privado. Enquanto o primeiro conta com 683.574 alunos, o sistema privado é responsável pela matrícula de 1.321.229 alunos pagantes.¹

O estudante brasileiro ingressa na universidade tardiamente, ou seja, já adulto, com idade média de 24 anos (53% dos estudantes brasileiros estão nesta faixa etária) que trabalha durante o dia e estuda à noite. Com esse perfil, e como a totalidade do sistema de ensino é presencial, é perfeitamente compreensível que os alunos das universidades necessitem mais dos cursos noturnos que dos diurnos. Entretanto, estes são ofertados em sua grande maioria pelas universidades particulares, posto que todas as 764 oferecem cursos noturnos, enquanto que nas públicas federais apenas 20,1% (82.284) dos alunos estão em cursos noturnos.

Por outro lado, o sistema de ensino superior atende apenas a 7,7% dos jovens brasileiros entre os 20 a 24 anos, sendo esta uma das mais baixas taxas do mundo. O INEP atribui este dado às elevadas taxas de distorção idade-série, do Ensino Fundamental e do Ensino Médio (46,7% e 53,9%, respectivamente).

Há um enorme estrangulamento no acesso às universidades e, comparativa e proporcionalmente, existe maior inversão de recursos públicos nas universidades que no Ensino Fundamental e Médio. Deste modo, se observa que a taxa de escolarização líquida na faixa de 7 a 14 anos do Ensino Fundamental é de 6,4%, no Ensino Médio é de 9,9%, e no Superior de 1,2%. O indicador de taxas de escolarização bruta é de 20,6% no Fundamental, 23,2% no Médio e apenas 2,0% no Superior.

Apesar das carências, o investimento e os gastos com a educação representam apenas 5% do PIB, uma das menores taxas do mundo. Segundo dados do INEP, o Governo investia – guardando a proporcionalidade entre o número de alunos matriculados – mais no ensino superior do que nos demais níveis obtendo, entretanto, maior

¹ Os dados quantitativos utilizados deste artigo foram retirados da home-page www.inep.gov.br a partir de coleta feita em 1997 e publicada em 1998. Existem outros dados um pouco mais recentes, mas para se poder realizar algumas comparações coerentes, optamos por nos ater apenas à fonte mais completa e oficial de indicadores. Ressalte-se ainda que os indicadores mais recentes pouco alteram o perfil geral do sistema.

taxa de retenção no ensino superior. Enquanto no Ensino Fundamental foram atendidos de 34.229.388 alunos em 1997, no Ensino Médio chegou-se a 6.405.057, e no superior apenas a 1.965.498 ou 18,3 da demanda de jovens e adultos. Considerados os valores do investimento nas diversas esferas públicas, o investimento federal no setor em 97 foi de 8.569.095.699 de reais, o estadual de 21.546.280.646 e o municipal de 13.136.481.497. Destes, 5% na educação infantil, 63% na fundamental, 8% na média, e 23% na superior.

A matrícula e o fluxo de saída dos alunos do Ensino Fundamental e Médio vêm crescendo rapidamente nos últimos anos e o crescimento do Ensino Superior não acompanha a mesma dinâmica de expansão, gerando o estrangulamento e acentuando a curva da demanda reprimida. Somente o Ensino Médio cresceu 57,3%, desde 94, enquanto que o superior cresceu de 5,5% em 94, para 6,7% em 98. A disputa no concurso vestibular já atingiu em janeiro de 2.000, uma taxa de cerca de 10 candidatos/vaga, enquanto que em 98, esta correlação era de 9,4. Estima-se que menos de 15% dos jovens brasileiros conseguem passar no vestibular nas universidades públicas.

Diante desses indicadores, se coloca uma verdade e, ao mesmo tempo, um paradoxo:

- Como as instituições públicas podem atender, a curto e médio prazos, um maior número de alunos, sem comprometer ainda mais a qualidade do ensino?

As instituições públicas precisam cumprir o seu papel social de democratizar o acesso especialmente daqueles que não podem assumir o ônus de uma anuidade do ensino privado. Porém, a diminuição do investimento nas universidades públicas (investe-se apenas 10% do orçamento anual), a ausência de uma política de melhoria substantiva da remuneração da carreira docente, a migração de professores qualificados em direção do setor privado somado ao estímulo a aposentadorias precoces são fatores que dificultam ainda mais a possibilidade das universidades assumirem o desafio de aumentar a capacidade de atendimento sem perda de qualidade.

Acredita-se que uma das saídas criativas e inovadoras para o sistema público de ensino superior brasileiro é a educação a distância por ser uma via que possibilita otimizar e ampliar a capacidade de atendimento à grande maioria dos alunos adultos e trabalhadores que são, hoje, a clientela dos cursos a distância, no mundo todo e dos cursos presenciais no Brasil.²

² Ver a esse propósito, o artigo de Longo, Waldimir Pirró y - *A viável democratização do acesso ao conhecimento*. Revista Lugar Comum - estudos de mídia, cultura e democracia, no. 9-10, setembro 99- abril 2000.

Quando a Inglaterra decidiu no pós-guerra, investir no sistema de ensino e formar o trabalhador que até então não tinha tido oportunidade de ingressar numa universidade, criou a *Open University*, um sistema totalmente aberto e de reconhecida qualidade que em 30 anos foi capaz de formar a quase totalidade daqueles que desejaram ingressar no ensino superior.

Hoje as sociedades vivem um processo de mudança intenso, fortemente conectado com o progresso tecnológico da ciência, e a educação precisa se apropriar, com rapidez e competência, da tecnologia já disponível, para dar sentido e direcionar a educação do futuro.

Entende-se que as universidades são as instituições que têm plena condição de fazer a transição de um modelo esgotado e limitante para conseguirem dar respostas ao aumento das demandas sociais, transgredindo e superando o seu próprio conservadorismo, e implementando a educação a distância como modalidade de educação complementar ao ensino presencial. Por essa via, ela se habilitará a resgatar o seu papel social, rompendo as barreiras de tempo e espaço que constituem obstáculos à ampliação da base de acesso restrita.

Porém, é importante ressaltar que a educação a distância, responsável e de qualidade, exige altos investimentos iniciais, que não poderão ser feitos com os atuais 10% orçamentados. Em contrapartida, sua adoção possibilita, ao longo do tempo, uma redução dos custos/aluno, e ocorre proporcionalmente à sua capacidade de receber uma grande quantidade de alunos. É por isso que a Educação a Distância tem sido, em muitos países do mundo, uma das vias concretas para ampliar a oferta educacional, respondendo aos interesses e as necessidades sociais, ao permitir o acesso dos alunos que trabalham e daqueles que residem distante de universidades.³

Outro argumento a favor de um sistema de ensino a distância complementar ao presencial, é que ele permite maior flexibilidade e alargamento dos conhecimentos nos diferentes campos do saber, pois dispensa a dedicação exclusiva ao estudo, não exigindo a manutenção de alunos e professores em aulas presenciais, nem tampouco os vincula a um bloco rígido de um elenco grande de disciplinas obrigatórias que compõem hoje os atuais currículos. No processo do ensino a distância, o aluno fica liberado da obrigação de assistir aulas em locais e horas determinados, comprometendo-se a utilizar os meios oferecidos pela organização tutorial dos cursos que fornecem as fontes e o acompanham em seu percurso de aprendizagem.

³ Calcular os custos das universidades convencionais ou a distância é tarefa complexa, pois se deve considerar custos diretos – os realmente produzidos pelo ensino – e os custos indiretos e os benefícios subjetivos difíceis de serem contabilizados. Evidentemente, os custos produzidos nos centros convencionais são mais altos que nos do ensino a distância porque nestes é atendido um número elevado de alunos economicamente ativos que precisam abandonar o trabalho para se dedicar ao estudo.

Da perspectiva docente, a educação a distância, justamente por não exigir a presença do professor em sala de aula, libera parte de sua carga horária para estudo, pesquisa e produção acadêmica em geral. Propicia ainda maior interação com a comunidade acadêmica porque, para produzir os textos e cursos e se habilitar à utilização de diferentes tecnologias e linguagens, o professor necessita trabalhar em equipes interdisciplinares, sem contar que o seu material didático ganha mais visibilidade e se torna mais passível de receber críticas e aprimoramentos, o que quase não ocorre com o ensino presencial.

Neste sentido, a educação a distância poderá trazer a salutar e desejável convivência acadêmica na direção da interdisciplinaridade, hoje grandemente facilitada pela mediação e interatividade tecnológica, já que cada dia mais facilmente professores e alunos têm acesso às redes informatizadas das universidades em qualquer lugar do país ou do mundo.

2. SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO E UNIVERSIDADE

No contexto contemporâneo da sociedade da informação, várias iniciativas de modernização das instituições se anunciam para dar conta das mudanças e dos impactos causados pelo uso intensivo das tecnologias, particularmente as da informação e da comunicação.

No sistema de educação a distância o curso depende dos seguintes fatores: construções, equipamentos e mobiliário, que parecem ser mais caros que os das universidades convencionais; tecnologias de comunicação necessárias tanto para produção de material audiovisual quanto para a comunicação (rádio, tv, computadores, satélite, vídeos, etc); planejamento, apoio logístico e custos na distribuição de material; manutenção de centros de apoio necessários para darem suporte aos alunos que neles buscam as tutorias em grupo, as bibliotecas, assistir as vídeo e teleconferências, bem como o apoio administrativo; sistema de tutoria que implica em custos diretos quando estes são contratados pela instituição de ensino. Há realidades em que a contratação dos tutores é contrapartida do município que sede do curso.

Diversos estudos que empregam uma metodologia comparativa entre centros de estudo a distância e convencional chegaram às seguintes conclusões: os custos de investimento dos sistemas de ensino a distância são mais altos e os de funcionamento mais baixos, estabelecendo uma relação diametralmente inversa com o sistema de ensino presencial cujo investimento é comparativamente menor e o de funcionamento maior; as economias de escala são muito maior nos sistemas de educação superior a distância por permitirem atender com os mesmos recursos um maior número de alunos, fato que contribui para diminuir os custos marginais mesmo considerando a elevação do número de alunos.

Praticamente todos os trabalhos comparativos têm indicado que os alunos de cursos a distância conseguem resultados equivalentes ou superiores aos que estudaram em cursos convencionais e que são mais bem aceitos no mercado de trabalho por serem pessoas adultas, comprometidas com a aprendizagem, que buscam melhorar a cada dia sua autoestima e, sobretudo porque no ensino a distância há a garantia de que o conteúdo previsto no currículo foi cumprido, o que não se pode garantir no ensino presencial. (Fonte: Garcia Aretio in *Educación a Distancia Hoy*, Ed. Uned, 1994.

Neste cenário, a universidade, entendida como um dos lugares privilegiados de formação e de produção do conhecimento, está gradativamente sendo convocada a engendrar redefinições em seus modos tradicionais de ensino diante de novas realidades e demandas do mundo social, cultural e produtivo. Algumas dessas demandas podem ser superadas com o uso intensivo das tecnologias de informação e de comunicação, próprias deste modo de ser contemporâneo. As universidades que chegarem a adotar, em tempo hábil, as estratégias mais apropriadas para o ingresso neste novo cenário, mais rapidamente desenvolverão suas competências para responder às expectativas das novas formas de gerenciar o conhecimento e de modernizar os processos educacionais para atender a qualidade e a quantidade demandadas.

Neste sentido, os setores mais modernizados das universidades brasileiras têm buscado, mais acentuadamente ao longo dos anos 90, aplicar os avanços das tecnologias de comunicação e de informação aos processos educacionais tanto nos seus programas de cursos presenciais como em projetos de ensino a distância.

No entanto, somente ao final desta década, cada uma das instituições envolvidas nesses processos de modernização advindo do uso intensivo das tecnologias, começaram a se despertar para o fato de que tais iniciativas, por melhor e mais abrangentes que sejam, são experiências ainda fragmentadas e, algumas delas, duplicadoras de recursos humanos e materiais para o mesmo fim, o que onera ainda mais o investimento inicial. Desta percepção, a cooperação interinstitucional emergiu como alternativa para democratizar, flexibilizar e otimizar conhecimentos, informações, conteúdos, metodologias, recursos humanos e materiais, sobretudo para viabilizar a possibilidade real de se implementar projetos consistentes de educação a distância para fazer frente à tendência de aumento exponencial das demandas de alunos.

O problema que tais instituições visualizam e para o qual tentam respostas é a rápida necessidade de capacitação profissional no uso das novas tecnologias para que os egressos das universidades se mantenham atualizados com as novas demandas de atualização constantes do mundo do trabalho. E, esta mesma tecnologia que impõe mudanças velozes e definitivas no mundo produtivo, é a mesma que fornece meios para que as universidades ampliem as suas formas de atendimento, implementando programas de capacitação em serviço e de educação continuada, e que vão além dos programas tradicionais de graduação e de pós-graduação concebidos num outro momento histórico-tecnológico e das relações produtivas.

2.1. POR QUE UMA REDE DE INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE ENSINO SUPERIOR?

Foi desta percepção geral que a, partir de meados de 1999, um grupo de docentes de algumas universidades públicas do país começou

a se reunir na perspectiva de pensar um sistema de cooperação institucional, que viria a se constituir numa rede de universidades, a UniRede. Esta “teia”, formada hoje por 60 instituições públicas, tem como um de seus princípios estimular, estabelecer diretrizes e mediar a relação de troca de conhecimentos e produtos educacionais entre as iniciativas docentes, que estão, na maioria das vezes, isoladas. Uma rede deste tipo permite o estabelecimento de múltiplas parcerias de professores e seus respectivos projetos de ensino, em diferentes áreas temáticas dirigidas a um número bastante ampliado de alunos em todo o país.

Deste modo, com a criação da UniRede, o intercâmbio institucional será o estimulador da troca de produtos e processos educacionais, dos mais variados conteúdos e formas didáticas e se abrirá às iniciativas mais criativas que as universidades públicas possam conceber.

E, em termos de uma política educacional mais ampla, que está sendo impulsionada pelos agentes docentes envolvidos com a prática cotidiana educacional, a criação de uma rede universitária pública dedicada à educação a distância vem atender à meta estabelecida pelo Plano Nacional de Educação que propõe a elevação da taxa de escolarização da população de 19 a 24 anos dos níveis de 12,7% em 1996⁴ para 30% até 2008. Dificilmente o sistema de ensino público conseguirá atender esses 17,3% se continuar adotando apenas o ensino presencial, fato que se comprova se analisadas as experiências históricas de conquista de um patamar superior de matrículas no ensino superior de vários países como Canadá, Austrália, Espanha, Inglaterra e Estados Unidos, dentre outros, cujas políticas de acesso à universidade não prescindiram das metodologias da educação a distância.

2.2. EM QUE A UNIREDE INOVA?

Ao ponderarem sobre toda esta situação apontada foi que, numa iniciativa de base acadêmica, docentes das mais variadas instituições públicas de ensino superior envolvidos no ensino a distância (EAD) e educação on-line (EOL), juntaram-se para desenvolver uma rede interuniversitária voltada para a produção compartilhada de cursos de grande impacto nacional.

Tais docentes estão hoje iniciando o que certamente será o grande portal da educação superior de qualidade neste país, visto que, estará recrutando o seu melhor potencial interno para a produção qualificada e realização disseminada dos cursos considerados de maior relevância social, científica e tecnológica.

Para tal, será necessário trabalhar com todas as mídias interativas, de modo a se apropriar de todas as condições tecnológicas de um país

⁴ Conforme dados do INEP.

tão diverso como o Brasil. Especial relevância está sendo dada ao uso de rede de informática como forma de garantir mais capilaridade ao sistema, resultante desta aplicação de tecnologias de disseminação cada vez maior e de mais baixo custo, como é o caso da Internet.

A UniRede é, antes de tudo, uma possibilidade de conferir visibilidade e permitir interações e trocas entre as iniciativas educacionais dispersas para que seus centros produtores se fortaleçam mutuamente e possam, a partir da concentração de recursos e esforços, ampliar o escopo da oferta de ensino superior.

Citamos adiante algumas inovações que se anunciam se adotadas as metodologias de educação a distância no ensino superior e, particularmente, o projeto UniRede.

Ao operarem em rede, as instituições de ensino e pesquisa de nível superior poderão reunir as suas competências específicas e diferenciadas para obterem a produção e gestão cooperativa de produtos e procedimentos de ensino mais qualificados. Assim, os docentes e os conteúdos necessários ao desenvolvimento de determinados programas de ensino poderão ser buscados nas universidades mais capacitadas e positivamente melhor avaliadas. Para isso, a sua operacionalização poderá ocorrer a partir de um mapeamento daquilo que existe de mais desenvolvido entre elas, com vistas a qualificar, em magnitude numérica significativa, a formação em nível superior em várias áreas do conhecimento. Isto implica uma racionalização e uma flexibilização dos processos de ensino-aprendizagem, ampliando-se o uso e a reprodução do potencial da capacidade docente qualificada.

Além disso, universidades operando em rede poderão ver minimizadas as dificuldades logísticas de desenvolvimento da educação a distância, pois a constituição de uma rede oferece melhor sustentação às operações de produção, distribuição e gerenciamento dos processos educacionais. Uma rede permite que se compartilhe, numa estrutura cooperativa, constituída a partir da capacidade já instalada nas instituições de ensino, a produção e divulgação do conhecimento, enfim, a formação de nível superior.

As universidades associadas em redes de ensino estarão propícias a inaugurar novas possibilidades de arranjos institucionais os mais variados que atendam as demandas emergentes no campo da educação. Com isso, poderão ampliar a sua capacidade de desenvolverem projetos de educação continuada que, por sua vez, se sustentam na concepção de que a formação e a aquisição de conhecimento no mundo contemporâneo não terminam com a obtenção do diploma superior, mas são exigências permanentes para a qualificação e a subsequente inserção no mundo da cidadania e do trabalho.

O ensino a distância oferecido por uma rede de universidades tem grande vocação criativa, pois possibilitará o surgimento de novas modalidades de ensino mais flexíveis e inovadoras, voltadas às demandas

e aplicações mais imediatas, que geralmente se anunciam, no atual estágio educacional, como carência de alunos de faixa etária mais adulta ou de não atendimento a alguns postos de trabalho do mundo produtivo que experimentam grande velocidade de mudança tecnológica.

Universidades em rede oferecendo cursos a distância criam a possibilidade de ampliar a oferta de cursos nas áreas de formação geral, tanto da graduação, como também da elaboração e disseminação de conhecimentos mais avançados oferecidos em cursos dedicados às áreas tecnológicas e/ou estratégicas, podendo, com isso, incorporar o atendimento a demandas imediatas.

Através do esforço cooperativo, será possível desterritorializar a competência e o conhecimento das atuais universidades que operam no âmbito de estados ou regiões geográficas restritos. Ou seja, os processos de ensino terão mais viabilidade de se originarem a partir dos locais e/ou instituições mais qualificados para desenvolverem os conteúdos e conhecimentos, fazendo com que as universidades passem a atuar como disseminadoras, através do suporte de tutorias e monitorias, daquilo que de mais qualificado nelas existir, quebrando o isolamento didático e pedagógico tanto daquelas pertencentes aos grandes como aos pequenos centros. Ou seja, a interação entre as universidades para elaborarem um ensino em rede anuncia-se como um mecanismo de troca para fortalecê-las em seus objetivos.

Espera-se, portanto, que este modelo possa incorporar novos conteúdos e processos educacionais, de modo a que consigam, inclusive, através do contágio, se refletir nos processos tradicionais do ensino presencial, cuja capacidade de renovação parece ser mais lenta pelas resistências à adoção das tecnologias educacionais nas clássicas salas de aula. Além disso, os materiais educativos de boa qualidade, ao se tornarem independentes da relação presencial, terão sua capacidade de multiplicação tecnológica extraordinariamente aumentada, criando-se um maior escopo de circulação para um público estudantil mais ampliado.

Esta potencialidade de dissociar os processos de ensino da sala de aula faz com que muitos dos processos interativos desta possam ser substituídos pelos meios de comunicação que possibilitam cada vez mais um maior grau de interatividade.

Com a possibilidade de acesso a distância dos processos educacionais se ampliam, por sua vez, as oportunidades de se estabelecer relações, no plano do ensino, com outros países como os da Comunidade de Países de Língua Portuguesa e os do Mercosul, em primeira instância. Tais países poderão ter acesso aos processos de ensino desenvolvidos no Brasil que ocupa posição privilegiada na relação com esses dois conjuntos que demandam determinados saberes e conhecimentos que só podem ser aqui gerados. Por isso, a UniRede é um projeto estratégico no plano das relações de trocas internacionais.

Finalmente, investir na produção de materiais educacionais próprios do ensino a distância significa desobrigar as instituições de ensi-

no superior ao pagamento de direitos autorais de *softwares*, metodologias e conteúdos desenvolvidos por instituições de ensino estrangeiras. Com isso, poder-se-á fortalecer o potencial produtivo de conhecimento das instituições públicas do país, à medida que poderão utilizar tais recursos financeiros para o desenvolvimento de competências locais. Tal perspectiva permitiria ampliar o mercado de trabalho dos educadores de todos os níveis de ensino e áreas do conhecimento, qualificando-os para novas demandas anunciadas na educação contemporânea, do ponto de vista das metodologias, dos conteúdos e do uso das tecnologias, particularmente as comunicativas.

Para o desenvolvimento desses processos de ensino há necessidade de investimentos em tecnologias específicas e, particularmente, em todo o potencial da Internet II pela dimensão que esta adquire diante da possibilidade de produzir a interação entre os produtores de conteúdos localizados nos mais diversos pontos.

Porém, tais investimentos não devem ser feitos de forma aleatória, mas devem ser agregados a projetos e objetivos educacionais e de produção de conhecimento bastante definidos, associados a processos de desenvolvimento setoriais reconhecíveis e orientados por políticas públicas definidas.

Se orientados por projetos estratégicos, poder-se-á garantir que os investimentos nos aparatos tecnológicos a serem consolidados não se dêem num vazio institucional e não sejam fadados a permanecerem como simples edificação de canais ou mídias que não atendam a processos definidos de circulação de informações, produtos e serviços relevantes entre as instituições acadêmicas públicas.

2.3. QUAIS AS PROVÁVEIS RESPOSTAS QUE A UNIREDE PODERÁ DAR À SOCIEDADE?

O atual panorama da globalização coloca para os países em vias de desenvolvimento o grande desafio da integração em curtíssimo espaço de tempo, sob pena de se verem cada vez mais excluídos da grande teia produtiva que vem caracterizando o mundo deste novo milênio.

Frente à revolução produzida pela associação entre informática e telecomunicações, resta aos países em desenvolvimento a opção por três destinos: empobrecer-se e não conseguir ter chances de dispor de conhecimentos mais contemporâneos, como acontece hoje com a grande maioria dos países africanos; dispor de riqueza suficiente para usufruir algumas das benesses mais modernas, transformando-se em países de “serviços e vendas” da produção tecnológica dos países mais ricos, como parece vir a acontecer com a grande maioria dos países em desenvolvimento, especialmente os latino-americanos; ou realmente desenvolver-se e caminhar na direção da produção dos conhecimentos, por dispor de inteligência e de estratégias políticas para obtê-la.

Este é o panorama que afeta um país como o Brasil, uma das maiores economias do mundo, mas um dos maiores importadores de tecnologias e que, por outro lado, dispõem de um dos maiores bolsões de pobreza dos tempos contemporâneos.

Gerar conhecimento, especialmente o tecnológico é o maior desafio que nos toca, sob pena de, mais uma vez, perdermos os momentos decisivos para as grandes investidas de riqueza econômica e de paz social, como aconteceu anteriormente, em dois momentos críticos das grandes revoluções, a industrial e, mais recentemente, a da informática. A falta de visão política estratégica para tal investimento produz atualmente um imenso desvio de recursos para o exterior.

Somos hoje uma nação de serviços e revendas. Sem reação estratégica nacional não se aproveitarão as chances de fazer retroceder a pobreza. Somente a capacidade de definir rumos poderá nos fazer capazes de gerar conhecimentos e de produzir os próprios insumos para o enriquecimento econômico e promoção da justiça social.

3. SOLUÇÕES

A quase totalidade da produção em pesquisa no Brasil, bem como da formação dos recursos humanos com qualificação superior pós-graduada, está nas instituições de ensino superior público. Nelas se encontra a inteligência nacional, a massa crítica necessária a algumas mudanças com vistas a alterar o perfil da produção do conhecimento nacional e da formação mais especializada dos recursos humanos. Nela estão, portanto, os recursos necessários à reação estratégica que permita a melhoria dos nossos índices de desenvolvimento, em tempos de acelerada globalização e mudança tecnológica, devolvendo ao país a sua própria garantia de soberania.

No entanto, os recursos críticos, especialmente humanos, mas não só, estão dispersos pelo país, porém concentrados em algumas de nossas principais universidades, notadamente as federais e estaduais, bem como nos centros tecnológicos, institutos de pesquisa e nas escolas militares de ensino superior. Colocar tais instituições num ambiente de rede colaborativa e obedecendo a um plano estratégico com vistas a uma oferta variada de acesso ao ensino superior que atenda à demanda de um país que precisa se modernizar sob todos os aspectos, sociais e produtivos, é a tarefa urgente de um projeto educacional conseqüente.

A conexão deste corpo produtivo em um sistema integrado de conhecimento, informação e comunicação, já é possível hoje graças a existência de redes de informática de alta velocidade que podem conectar partes deste grande sistema nacional. Esta comunicação avançada, que emprega tecnologias de baixo custo e de alta disseminação, estabelece um novo patamar em que o uso de diversos meios possibilita níveis variados de conexão e de troca de informação.

A partir de altíssimos custos financeiros já envolvidos, dispomos hoje de uma infra-estrutura de comunicação em rede muito superior ao volume de conteúdo circulante - informação, cursos, pesquisa etc. - , posto que o manancial produtivo da inteligência nacional não foi ainda mobilizado e muito menos conectado para uma produção compartilhada dentro de um projeto educacional estratégico. Dispomos dos recursos, mas não dispomos ainda da riqueza, pelo simples fato de que não conseguimos até agora, congregá-los num ambiente cooperativo que reúna os melhores produtores de conhecimentos e os formadores de recursos humanos mais qualificados em projetos que possibilitem a melhoria nos nossos indicadores de desenvolvimento, a educação dentre os principais.

Assim, conseguir juntar o que de melhor dispõe este país para a realização de programas cooperativos, especialmente produção compartilhada de cursos de alta disseminação de conhecimento, pode ser um caminho fundamental para que a educação superior brasileira atinja patamares compatíveis com um destino nacional autônomo e soberano.

A conexão institucional já é possível, como também o avanço relativo à aplicação de novas tecnologias ao ensino, por meios apropriados a diferentes condições não só científico-tecnológicas, mas também sócio-econômicas.

Portanto, só falta a determinação governamental para a realização de grandes programas nacionais, envolvendo a cooperação dos melhores centros do país na produção compartilhada de cursos de grande impacto sócio-educacional envolvendo tecnologias como a Internet. Assim, cada vez mais se voltar para as aplicações de educação *on-line*, via Rede Nacional de Pesquisa (RNP), e mais especialmente ainda a nova Rede Nacional de Pesquisa de Alta Velocidade (RNP2), pode ser um caminho altamente promissor para o nosso país, ao possibilitar uma profunda capilaridade para este imenso sistema educacional superior. Sistema esse ainda tão pouco conectado, tão pouco voltado para a melhoria efetiva da qualificação dos cursos superiores públicos.

Nesta era de informática sofisticada, de *softwares* educacionais que serão os grandes conquistadores do novo milênio, sermos soberanos significa desenvolver, dentre outras, a capacidade de produzir nossos próprios cursos, capacitar profissionais, levar educação aos mais recônditos lugares, nos mais variados níveis, com as mais variadas tecnologias. Enfim, significa a capacidade de assumirmos o comprometimento definitivo com o desenvolvimento de um país mais rico em conhecimento e socialmente mais justo. As instituições públicas de ensino superior, a partir de agora, muito podem fazer para isso.

Resumo

A UNIREDE começou a ser desenhada a partir de meados de 1999, quando um grupo de docentes de universidades públicas do país começou a se reunir na perspectiva de pensar um sistema de cooperação institucional, que viria a se constituir numa rede de universidades. Formada hoje por 60 instituições públicas, a UNIREDE tem como princípios estimular, estabelecer diretrizes e mediar a relação de troca de conhecimentos e produtos educacionais entre as iniciativas docentes, que estão na maioria das vezes isoladas. O artigo apresenta as principais diretrizes da iniciativa e discute seu potencial como solução criativa e inovadora para o sistema público de ensino superior brasileiro.

Abstract

The UNIREDE began to be designed in the mid 1999 by a group of faculty members of Brazilian public universities. UNIREDE is now a network comprising 60 public institutions of higher education and has among its goals to stimulate the interchange of experience and pedagogic resources. The article presents the main purposes and discusses the initiative as an innovative instrument to cope with the many problems of the higher education in Brazil.

As Autoras

DÓRIS SANTOS DE FARIA é Coordenadora-Geral da UNIREDE. Decana de Extensão da Universidade de Brasília/UnB, é doutora em psicologia pela Universidade de São Paulo/USP.

ELIZABETH RONDELLI. Professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro e pesquisadora do Núcleo de Estudos e Projetos em Comunicação (Nepcom), tem pós-graduação em Ciências Sociais pela Unicamp. Editora da revista Lugar Comum - Estudos de Mídia, Cultura e Democracia, é Membro da Comissão MCT/UniRede e do Comitê Gestor da UniRede.

SELMA DIAS LEITE. Professora Adjunta da Universidade Federal do Pará/UFPA, tem graduação em Serviço Social, com títulos de especialista e mestre em Educação a Distância pela Universidade Nacional de Educação a Distância da Espanha. Atualmente é Secretária Geral da UNIREDE e coordenadora do Programa de Educação a Distância da UFPA.